

O COMÉRCIO DO AÇÚCAR E A OLIGARQUIA EM SÃO FRANCISCO DO CONDE, SÉCULOS XVIII-XIX¹

Albérico da Conceição Santos²

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo, analisar os processos estruturais atrelados às atividades do comércio do açúcar, em São Francisco da Barra do Sergipe do Conde, entre os séculos XVIII e XIX. Dentro dessa investigação, busca-se compreender sobre a sociedade oligárquica e senhorial local, através de parte do acervo documental (fontes), no que diz respeito ao senhor, Alexandre Gomes Ferrão Argolo, “Barão de Cajaíba” e sua influência na citada vila e no latifúndio do recôncavo da Bahia.

Palavras-chave: Açúcar - Comércio - Brasil. Brasil - História - Colonização - São Francisco do Conde (BA) - Séc. XVIII-XIX. Ferrão, Alexandre Gomes de Argolo, Barão de Cajaíba, 1800-1870.

ABSTRACT

This article aims to analyze the structural processes that preceded the activities of the sugar trade, in São Francisco da Barra do Sergipe do Conde, between the 18th and 19th centuries. Within this investigation, we seek to understand about this oligarchic and manorial society, through part of the documentary collection (sources), especially with regard to the lord, Alexandre Gomes Ferrão Argolo, "Barão de Cajaíba" and its influence in the aforementioned village, in the Recôncavo of Bahia.

Keywords: Brazil - History - Colonization - São Francisco do Conde (BA) - 19th-20th Centuries. Ferrão, Alexandre Gomes de Argolo, Baron of Cajaíba, 1800-1870. Sugar - Trade - Brazil.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Licenciatura em História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Lúzio Matos Silva.

² Bacharel em Humanidades e graduando em História pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

A partir do final do século XVIII e início do século XIX, a vila de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde, foi uma das molas propulsoras da economia açucareira oitocentista no recôncavo da Bahia, e consolidou-se como um entreposto açucareiro ao aliar-se aos processos escravagistas do Brasil colônia.

“O cultivo de cana de açúcar vinha se deslocando intimamente em direção ao oeste antes de ser introduzido no novo mundo pelos portugueses e espanhóis, e sua chegada as Antilhas e ao Brasil foi uma extensão lógica aos longos processos históricos”. (SCHWART, 1985, p.19).

Neste contexto, localizamos Alexandre Gomes Ferrão Argolo, que foi marechal de campo e herói da independência da Bahia, denominado Barão de Cajaíba. Nasceu na Vila de São Francisco do Conde em 1800. Filho de uma importante família de ricos senhores de engenho na qual teve origem em seu pai, José Joaquim de Argolo e Queiroz, construtor do sobrado do Engenho da Ilha de Cajaíba e senhor do Engenho Itatingui. Sua mãe, Maria Joaquina Gomes Ferrão Castelo Branco, era descendente de Antônio Gomes, patriarca da família. Em 21 de outubro de 1807, com pouco mais de seis anos de idade, foi investido no posto de cadete.

A partir dos dez anos subiu todos os degraus da hierarquia militar: alferes, aos dezoito anos; tenente, aos vinte; capitão aos vinte e quatro; sargento-mor (major), aos vinte e seis; tenente-coronel e depois coronel, aos trinta e oito; brigadeiro aos quarenta e dois e marechal de campo aos cinquenta e dois. De acordo com Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, em 1821, foi deputado pela Bahia; em 1822, fez a campanha da Independência; em 1831, foi encarregado do policiamento das Vilas de Santo Amaro da Purificação e São Francisco do Conde; em 1837, comandou a brigada que combateu os revoltosos da sabinada em 1838, e assumiu a Vice-Presidente da província da Bahia (cargo que exerceu durante vinte anos); em 1865 foi presidente da Bahia; em 1860, foi veador de Sua Majestade a Imperatriz. Durante a luta pela Independência, comandou um batalhão de caçadores na batalha de Pirajá e combateu bravamente contra os portugueses e passou a ser militar brioso e valente.³ No período oitocentista, sua fortuna era estimada em aproximadamente, \$ 600:000 de réis. A vila de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde transformou-se durante os oitocentos em um universo

³ Disponível em http://ilustresdabahia.blogspot.com/2014/06/alexandre-gomes-de-argolo-ferrao_26.html Acesso em 15.08.2022, às 13h23.

cercado de cobiças e conquistas. Neste contexto, o açúcar ficou caracterizado como a principal base do comércio mercantilista do Brasil colônia entre o final do século XVIII e início do XIX. Nesse período, esse ouro branco, como era denominado popularmente o açúcar, e bastante valorizado em toda Europa, se resumiu na principal fonte do capital social no coração do recôncavo da Bahia. Período onde também passou a instituir-se mais fortemente na vila, a sociedade do açúcar, assim como seus proprietários latifundiários: os senhores de engenhos.

Nas margens da Bahia de todos os Santos surgiu a importante Vila de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde. Fatores tais como sua excepcional localização geográfica, sem falar na estratégica logística de escoamento de produção, consolidou a vila como um espaço de relevância econômica. Dentro desse aporte promissor e devido à consumação da casa de Câmara e Cadeia, a localidade ganhou *status* de terceira mais importante vila da capitania da Bahia já no início do século XVIII. Essa sociedade se desenvolveu com a doação das sesmarias pelo então governador da província da Bahia, Mem-De-Sá aos beneditinos na construção do convento de São Francisco. Entretanto, nas suas mais diversas narrativas sobre a produção açucareira do recôncavo, tem em comum, o lastro perverso do escravismo hostil, a riqueza e o poder dos senhores de engenhos do recôncavo⁴.

O Recôncavo da Bahia, possuía tamanha relevância socioeconômica durante o Brasil e primeira república, que na localidade do Monte Recôncavo, haviam as residências de famílias ilustres da sociedade oitocentista. Famílias tais como; os “Bulcão”, os “Viana” os “Sá Barretos”, eram exemplos de famílias de ilustres magistrados. Fincava-se também a essa ordem relevante, a família “Argolo”. É deste quadro que residia também a Sr. Elísia Amália Argolo Viana, que tinha como cunhado e patriarca, o Sr. Alexandre Gomes Ferrão Argolo, Barão de Cajaíba. Entre os ilustres políticos, destaca-se o Sr. Vicente Vianna⁵, que era visto como o representante da “Bahia” na assembleia da corte brasileira.

⁴Sobre a trajetória dos feitos militares e sociais do senhor Alexandre Gomes Ferrão Argolo, barão de cajaiba ver, <https://www.soveral.info/default.htm> Sobre a historiografia do recôncavo ver: SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução: Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 1985; BARIKMAN, Bart J. *Um contraponto Baiano: açúcar, fumo e mandioca e escravidão 1760-1860*. Tradução de Maria Luíza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁵ Sobre Francisco Vicente Viana, ex-governador da Bahia no período de 1824 a 1825, inicialmente chamados de "Presidentes" (período imperial e início do período republicano), ao tempo em que o estado era denominado província, os governantes da Bahia são aqui elencados, e sua ordem dividida pelos dois períodos. Ver: Linhagem familiar dos membros da oligarquia do recôncavo. Disponível em: <https://www.classicistranieri.com/pt/index.html>; Ver: IGHB-APEB-Ba - Arquivo colonial e provincial.

A memória dos acontecimentos sociais e políticos na vila de São Francisco do Conde, passou a funcionar como artérias de nascentes que ligam os rios e os convergem em direção ao mar de riqueza e poder. Assim foi o curso da implementação das vilas e freguesias que foram instituídas pela capitania da Bahia, e que ao desembocar nas águas do Rio Sergipe do Conde passaram a estabelecer-se ao curso agrícola de cana-de-açúcar em larga escala. Artérias que interligam as nascentes da Vila de Cachoeiras, foram estendido o seu curso sobre a égide do capital e do poder, seguindo-se serpenteando, o Rio Sergipe, em direção à vila de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde, entre os séculos XVIII e XIX.

Mediante o embasamento teórico na narrativa de Stuart Schwartz e pertinente ao tema, descreve-se na Vila de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde, um cenário perfeito, referente a produção nacional, na qual estima-se uma produção em torno de 40% da produção nacional, com aproximadamente 300 engenhos na produção de cana de açúcar. Dessa forma, pela vasta produção nos diversos latifúndios, os impostos eram cobrados pelo estado português, e os senhores de engenhos proviam suas largas margens de lucros. Lucros esses vinculados a elevação do mercantilismo no recôncavo, assim como os fatores econômicos na produção e exportação do açúcar. Esse cenário de valorização agrícola passou a vigorar no recôncavo de acordo com a vasta produção agrícola acima citada. proporcionando riquezas e adquirindo ainda mais o favorecimento dos descendentes de portugueses nascidos no Brasil.

Com a produção e rota de escoamento da produção nas diversas artérias localizadas em suas vilas as margens do mar e dos rios, essa região teve seu papel de destaque, entre os séculos, XVIII e XIX. Dessa descrição nas diversas narrativas, apontam a sua estratégica geográfica para expansão e logística da produção açucareira, bem como sobre o campo de extensão territorial e produtiva de outras culturas agrícolas. A incorporação institucional era o aparato propício para o funcionamento da engrenagem agrícola, no qual propiciava os ganhos do capital através do valor dos seus imóveis (latifúndios) férteis, bastante viáveis, sobretudo, na aquisição de financiamento nas instituições financeiras. Esses e outros acontecimentos por sua vez, colocavam o comércio e a oligarquia ali existente da vila de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde, num ideário para a população portuguesa que chegava à Bahia.

De acordo com esse viés voltado aos bons negócios, buscava ali através da linhagem familiar, a perpetuação dos negócios em família e se estabelecer sobre terras, bons lucros acrescidos de sorte e prosperidade no plantio e nas boas colheitas. Diante dos bons ventos que sopravam os

negócios agrícolas, a partir do século XVIII, a importante vila transformou-se num dos mais expressivos e promissores celeiros do mercantilismo tanto para a Bahia, principal mercado produtor, como conseqüentemente para o Brasil, mediante à sua relevância econômica para a coroa portuguesa.

O comércio do açúcar estava condicionado a classe de oligarcas, que tinham como figura de organização social, a dominação e poder na figura do patriarca em cada família senhorial. Sobre tais questões, existem documentações citadas em inventário de avós paternos, inventário do Barão e Baronesa, arquivo colonial e provincial sobre documentos e petições nas páginas. Os acontecimentos ligados aos citados documentos existentes ali, estabeleciam condutas que reproduziam paradigmas nessa sociedade, que tinham como objetivo a centralização do poder do homem, além dos altos ganhos nos negócios. Dessa forma suas influências e o seu poder patriarcal, permitiam com maior fluidez a ampliação dos negócios voltados ao açúcar para o grande mercado consumidor, a Europa.

Seus extensos espaços geográficos, navegáveis as braços dos rios em direção ao escoamento da produção, serpenteavam-se e constitui-se geograficamente uma janela logística, banhada pelo mar salgado, na qual possuía grande importância. Dentre os rios estava o Rio Sergipe, que margea-se tendo como alcunha a vila descrita por essa narrativa. Entre outras tantas serventias, o rio se transforma na grande teia das quais interligam as estradas fluviais, que provisionam o escoamento da manufatura açucareira de toda a logística produtiva da vila para o exterior. Contudo, esse mesmo afluente se faz navegável nas construções de moradias em sobrados (residências), além dos órgãos estatais da vila. A produção de açúcar no Recôncavo remonta a rota a meados do século XVI e no início do século XIX, os engenhos da região forneciam talvez a terceira parte de todo o açúcar exportado pelo Brasil (BARICKMAN, 1985).

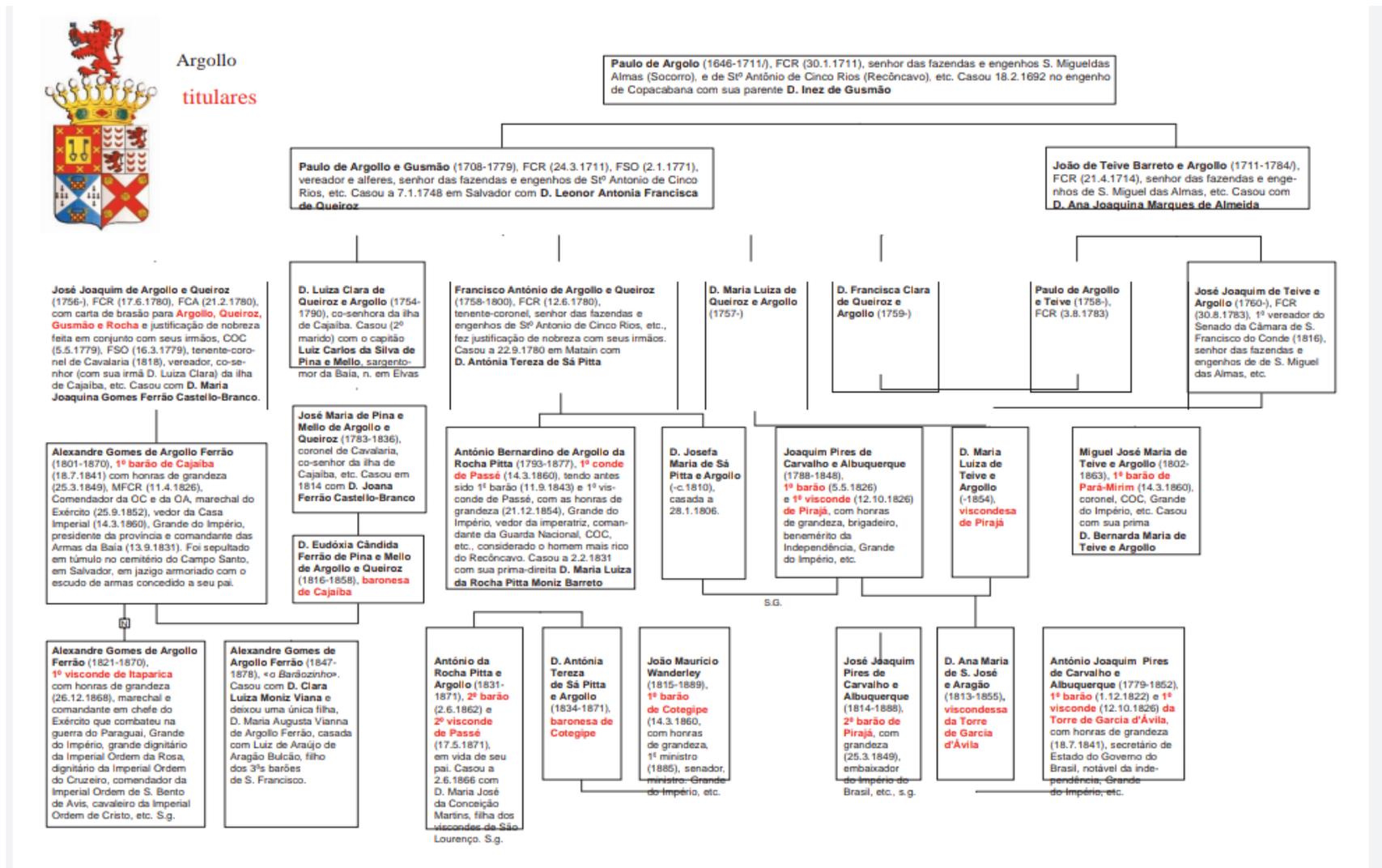
Na busca por uma nova concepção e acúmulo dos lucros do capital populacional adivindo do plantio e colheitas fartas, proporcionadas pelo açúcar, a sociedade senhorial constituiu-se de diversos meios escusos, dos quais os benefícios foram atribuídos aos interesses da oligarquia. Segundo narrativas em documentos de fontes primárias, através desses processos coercitivos, essa violência direcionada aos povos negros, quase dizimou toda uma população. Esse rompimento se consolidou na cerne específica do mercantilismo e do capital no Brasil durante o período colonial. Através dos paradigmas bastante peculiares, essa sociedade senhorial viria

a promover ao longo dos séculos a totalidade do forte segregacionismo negro, além do ceticismo patriarcal.

2 UMA LINHAGEM QUE MOLDOU A VILA SÃO FRANCISCANA ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XIX

Os patriarcas da família Argolo, tiveram grande relevância durante o período açucareiro na Vila de São Francisco da Barra do Sergipe do conde, na qual se consagrou como um dos maiores latifundiários da capitania da Bahia. Os patriarcas da família argolo eram donos de grandes propriedades de terras, além de gozar de grande influência: judicial, política e governamental. Uma das mais antigas famílias da Bahia que manteve a varonia, os Argollo, de origem andaluza (Baeça), foram para o Brasil em 1549 com o 1º governador Tomé de Souza. Com a independência, vários membros da varonia da família foram grandes do Império, com os títulos de condes (1860), viscondes (1854) e barões (1843) de Passé, viscondes de Itaparica (1868), barões de Cajaíba (1841) e barões de Paramirim (1860). E um foi mesmo figura proeminente na implantação da República dos Estados Unidos do Brasil. Nos finais do séc. XVIII, Paulo de Argollo e Gusmão, então o chefe da família, tinha uma fortuna avaliada em mais de 48.000.000 réis, com fazendas, engenhos de açúcar e mais de 500 escravos.

Figura 1 - Genealogia da família Argollo



Fonte: Soveral (1554).

A sociedade senhorial oligárquica, voltada exclusivamente aos negócios do açúcar na capital da província, assim como em todo recôncavo da Bahia, vindo a edificar seu alicerce de poder e riqueza, e assim produziu diversas mazelas ao longo dos séculos no decorrer do curso do Brasil colônia. Essa constatação, percorre os quatro cantos do país, no que diz respeito a vida dos negros na condição de escravizados, sobretudo na Vila de São Francisco do Conde. Os diversos relatos de oralidades relacionados á violência com seus escravos, citados por anciãos da Vila de São Francisco do Conde, boa parte foram atribuídos ao Barão de Cajaíba. Esses depoimentos de familiares dos “ancestrais” escravizados, entre os séculos XX e XXI, descrevem os horrores dessa sociedade senhorial no dia a dia, em suas propriedades e engenhos. Essas mazelas, produziram cicatrizes profundas ao povo negro, sobretudo no recôncavo que respondia por aproximadamente 45% da produção nacional durante todo o período açucareiro, segundo dados da historiografia. Entretanto, a cultura da religiosidade negra e sua sabedoria voltada para o bem-estar e para cura do corpo e da alma, segundo os seus anciãos, que cuidava dos doentes das senzalas mais também da casa grande.

Os terreiros tiveram como aliados a Mata Atlântica e o relevo acidentado que dificultavam o acesso à sua localização. Teve importância também para a formação dos terreiros, as atuações dos sacerdotes e divindades africanas nos tratamentos espirituais e nas curas realizadas através da sabedoria milenar das práticas rituais no controle de doenças que não tinham solução através da medicina tradicional. Cita-se o fato contado por integrantes dos terreiros, que durante a epidemia da “cólera morbus”, ocorrida na Bahia em meados do século XIX, os terreiros se uniram para livrar da mortandade grande parte da população, não somente a escrava, mas, de indivíduos que faziam parte da sociedade local. Assim, o povo de santo conseguiu, através da gratidão de pessoas beneficiadas, doação de terra para fundar seus terreiros de candomblé, a exemplo de Anacleto Urbano, fundador do Terreiro da Cajá em São Félix e José Domingos Santana, fundador do Terreiro Viva Deus em Cachoeira (CADERNOS DO IPAC 9, 2015, p. 8).

Todavia, em meio ao tamanho do estado de hostilidade constante, busca-se compreender esse contraponto da sociedade senhorial. Os homens e mulheres que produziam a riqueza dessa classe oligárquica, em meio a mão de obra levada ao estado de exaustão, eram também diariamente castigados e mortos. Por sua vez, os negros ainda possuíam forças suficiente para promover inúmeras “rebeliões”, tanto na capital da província da Bahia, quanto no recôncavo. Em 1807 com efeito, a primeira conspiração escrava teve lugar em Salvador. Porém, governava então a Bahia o conde da ponte, que fez um governo duro contra os escravos. Logo que assumiu o poder, organizou uma cuidadosa repressão aos quilombos e candomblés na periferia de salvador, batendo, matando e prendendo muitos negros. E já se achava vitorioso quando teve conhecimento de uma bem organizada conspiração em curso que descobriu a tempo: os

conspiradores foram desbaratados, presos e dois deles foram executados em praça pública. A vigilância ainda preventiva, foi estendida a terras do recôncavo.

Em junho de 1807, por exemplo seria preso em São Francisco Do Conde o escravo “Angola Antônio”, sob acusação de ser presidente dos terreiros de candomblés. Ele foi considerado perigoso porque, apesar de jovem já fazia muito sucesso com os escravos da região. O pai de santo de angola foi um tipo de vítima comum nos tempos do conde da ponte que achava os senhores de engenhos muito liberais por permitir que gente como ele existisse. Gente que na cabeça do conde ameaçava a disciplina e a própria ordem escravista. Calcula-se em cerca de oito mil anualmente os escravos que desembarcaram na Bahia. Uma estimativa de 1814, que indica que haveria no Recôncavo em torno de 40.800 escravos espalhados por 408 engenhos, uma média de cem por engenho. Em cada engenho haveria não mais de seis brancos e mulatos, ou seja, 2.450 em todos eles (REIS, 1992, p.101).

Figura 2 - Festa de um terreiro de candomblé homenageia Iemanjá em São Francisco do Conde



Fonte: Secretaria de Cultura de São Francisco do Conde.

O recôncavo açucareiro era lugar de grande influência e poder de senhores de engenhos afamados e hostis, referendados em toda a província da Bahia ao longo de aproximadamente três séculos. Alexandre Gomes Ferrão Argolo, conduzia seus escravos a mãos de ferros conforme relatos. Há relatos que um dia um visitante comentou como os seios de uma escrava

⁶ Sobre as revoltas, prisões, mortes e castigos aos escravos na vila de São Francisco do Conde ver, REIS, J. J. Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. Afro-Ásia, Salvador, n. 15, 1992. DOI: 10.9771/aa.v0i15.20837. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20837>. Acesso em: 30 jul. 2022.

eram bonitos. Então, para agradar a pessoa, o Barão, ao fim de uma refeição, presenteou o cidadão com os seios da escrava em uma bandeja. Citamos aqui algumas crueldades relatadas pela tradição oral como: que o Barão mantinha a esposa trancada no quarto e que até hoje há dúvidas sobre a sua morte (ANPUH, 2019, p.12).

Os negros trabalhavam e viviam em harmonia com os seus descendentes africanos, proseavam durante a lida e viviam a cantarolar chulas nos canaviais e engenhos, assim como nos trabalhos de pesca e lavouras de verduras e hortaliças, segundo depoimentos de oralidade local, como se vê no trecho de uma chula cantada:

“Não foi eu ô nega que tocou fogo no mangangá,
 Não foi eu morena que toquei fogo no canaviá
 fogo leva vento dá, tú tá doido mangangá (bis)...”

Figura 3 - Samba Chula da Pitangueiras, desde 1950



Fonte: Secretaria de Cultura de São Francisco do Conde.

A região do recôncavo era uma região rica de grandes fortunas de latifundiários, e também dos grandes “títulos de nobreza” e hierarquias, instituídos pela Coroa portuguesa aos Barões, Baronesas e Fidalgos, nos quais representavam os maiores latifundiários da região do recôncavo, segundo dados documentais pesquisados, (consta no inventário do Barão e da Baronesa em páginas já citadas). Entretanto, vale ressaltar que segundo documentos das comarcas da capitania da Bahia, datadas do século XVI, a ilustre família Argollo, seria uma das grandes famílias que teriam os títulos que legavam a eles, boa parte das terras produtivas existentes na vila de São Francisco do Conde. Maria de Argollo, nascida em Lisboa cerca de 1534 e falecida a 11.2.1602 na Baía, ficando testamentário seu filho Bernardo Ribeiro e sendo sepultada em S. Bento. Levou por dote a propriedade do ofício provedor-mor da fazenda real

do Brasil e da alfândega da Baía. Casou a 5.11.1556 na Sé da Baía (Salvador), sendo testemunha o governador D. Duarte da Costa, com António Ribeiro, capitão e governador dos índios de Santa Cruz de Itaparica, por nomeação do governador Mem- de-Sá. Todavia, a sua estadia e influência social, decorre de uma das famílias que sempre exerceu forte influência social, jurídica, e sobretudo política no recôncavo da Bahia.

Diante de tamanha influência dos latifúndios e atitudes sinuosa, além da morosidade da lei, consubstanciado aos documentos em anexo nos arquivos do município, leva-se a crer, que o Barão de Cajaíba, Alexandre Gomes Ferrão Pinna e Mello, influente e poderoso dono de engenhos da vila de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde no século XIX 1852, também teria atentado contra a vida dos irmãos da esposa; José Diogo Argollo Pinna e Mello e Elísia Amália Argollo Vianna, numa trama sobre a sua inexplicável morte (ARGOLLO, 1992, p. 322-323).

Ao analisarmos o perfil de sociedade senhorial, bem como o conceito socioeconômico das políticas implementadas por estes senhores, assim como das suas tratativas territoriais nas jurisprudências locais, fica bastante evidente das ocorrências e dos acontecimentos voltados às ações patriarcais das quais abrangiam os negócios particulares e de família.

O Sr. Exmo. Juiz de órfãos e ausentes da freguesia de São Gonçalo, vila de São Francisco Da Barra Do Sergipe Do Conde, o Juiz de palavra pedida pelo requerente que pede pela solicitação através do requerimento da comarca, o Juiz, Marceliano Sá Barreto, foi dito que a bem da família justificada, dona Raimunda Bittencourt Pinna e Mello, viúva do Major José Diogo Ferrão Pinna e Mello e Queiroz- inventariante a bem de seu casal, para com a compra de terras depois de concluir o inventário do mesmo falecido, a fim de proceder a partilha requerida dos bens como contemplada, o prazo para segundo sob pena de sequestro que acordo ao ouvir do inventário. Eu escrivão do Juiz de “Órfãos e Ausentes” abaixo assignados: certifico que por conta minha, íntegro por fiel justificada a inventariante, dona Raimunda de Bittencourt Pinna e Mello para tudo constando com a portaria e dou fé - vila de São Francisco, 16 de fevereiro de 1865 (petição referente reintegração de posse no espólio familiar). O Juiz, Feliciano Teixeira da Malta Bacelar (DOCUMENTO DA COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO CONDE, 1852).

Esta pesquisa também traz outras situações contraditórias com embasamento jurídico, não só a situação como fatos comprobatórios sobre o Barão de Cajaíba, sobre o espólio em família, pela não repatriação de bens, citado nessa pesquisa através de petições na comarca da vila, além de outros fatos recorrentes com membros pertencentes a essa mesma classe senhorial da época, sobre posse de latifúndios. No entanto, vale ressaltar que uma abordagem dos fatos, bem como correlaciona-lo através do cruzamento de narrativas, reflete sobre quem foi essa sociedade. Acontecimentos tais como os inúmeros castigos e mortalidade precoce da vassalagem vinculadas aos senhores de engenhos, que precedeu a região do recôncavo da Bahia. Sobretudo

dos dados correlatos na vila de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde nos dois últimos séculos que antecedem o fim da escravidão em 1888.

A primeira geração de senhores de engenhos da Bahia tinham origens muito menos ilustres do que as propaladas pelas gerações subsequentes. Se bem que houvesse homens de famílias nobres ou com altos cargos públicos como Mem-de-Sá, proprietário do Engenho Sergipe do Conde, ou Antônio e Barros Cardoso, filho do tesoureiro Régio da Bahia e Fidalgo da casa Del Rey. Muitos dos primeiros senhores de engenhos vinham de origem menos eminentes (SCHWARTZ, 1985). Na medida da condução investigativa e sistêmica dessa pesquisa, do ponto de vista macro produtora, observamos em outras narrativas a suas finalidades e relevância socioeconômicas, no que tange aos destinos de um capitalismo eufórico da sociedade baiana da época. Desta forma, e com base no negócio agrícola que ocorreu na região, bem como na relevância em algumas “vilas” da capitania da Bahia, torna-se justificável as concessões e contribuições políticas na vila de São Francisco. A construção da Casa de Câmara e Cadeia, datada de 15 de fevereiro de 1698, se deve a sua respectiva relevância à Corte portuguesa, além do excepcional e estratégico escoamento da produção açucareira no embarque para o exterior. Essa vila e seus senhores possuíam uma vasta equação econômica das quais seguem ali a produzirem entre os séculos XVII, XVIII e XIX.

Consequentemente sua próspera e promissora economia, tanto para o estado da Bahia quanto para as relações políticas com a Coroa portuguesa, no que diz respeito à exportação, foram tratativas decisivas para a economia do país, segundo narrativas e documentos correlatos à época. Além desse desfecho analítico referente à fabricação e exportação do açúcar, bem como dos seus barões proprietários, discute-se também sobre a estrutura de envergadura dorsal, ou seja, a mão de obra escrava pertinente à industrialização do fumo, como também outras culturas, que tinham como base a subsistência dessa sociedade senhorial e aristocrata. Outro aspecto bastante relevante foram as perdas e resignificação das lavouras em detrimento das leis brasileiras na legislação sobre águas internacionais e que viria promover a queda da produção, e como consequentes leis emancipatórias.

A regulamentação do Fundo emancipatório ocorreu em 1872 e o mesmo vigorou até os momentos finais da escravidão. As formulações sobre ele nesta tese cobrem todo o período de sua vigência, mas a concentração delas é relativa a três quotas aplicadas em 1885. A gestão dessas quotas foi posta à prova por duas moradoras de São Francisco. A primeira delas era uma mulher livre e casada com um escravo. Seu nome era Lucinda Maria da Purificação e sua queixa fora endereçada ao juiz de órfãos. A

segunda é de uma proprietária cujos escravos foram retirados da lista dos que seriam alforriados pelo Fundo, privando-a de receber a indenização pela liberdade deles. Chamava-se Dona Benta Joaquina de Andrade Santos. A denúncia desta senhora foi endereçada à Presidência da Província da Bahia e é bastante densa. A queixa de Benta é tomada como guia nesta tese por dois motivos. Primeiro, porque a partir dos problemas apontados por esta proprietária é possível analisar detidamente os trâmites administrativos / burocráticos do Fundo de Emancipação artigo terceiro da lei de 1871 (PEREIRA NETO, 1885, p. 12).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade do açúcar produziu grandes e significativos feitos para a economia, e para a expansão demográfica e urbanística local, durante os séculos XVIII e XIX, no recôncavo da Bahia. Todas essas ações buscavam dentre outras coisas, a melhoria das atividades mercantis, ou escoamento da produção, ou para atrair novos empreendedores para a lavoura açucareira. Todavia, com esse espírito de bravura e tenacidade para o comércio local, seguiram-se em busca da melhor safra. Haja vista a incrementação dos paradigmas europeus de moradia e sofisticação, que foram incorporados e moldados como estrutura dos padrões da sociedade colonial. Essa sutileza nas composições das moradias e equipamentos agrários, tais como as modernizações dos engenhos, davam suporte e grandeza a classe senhorial e suas demandas sociais, econômicas, jurídicas e religiosas. As diversas igrejas construídas a partir de doações de terras, as construções das casas de câmara e cadeia, assim como as casas bancárias que sistematizaram o suporte financeiro aos senhores de engenhos.

O crédito por tanto fundamentou a organização da economia açucareira no Brasil, como já fizera e faria mais tarde com outras agriculturas de exportação. Os contratos de vendas e arrendamentos estabeleciam pagamentos em prazos prolongados ou em espécie, ou ainda deferiam o pagamento até a época da safra, (SCHWARTZ, 1985, p. 179).

As influências e o prestígio político dos proprietários rurais, foram exercidos sobretudo no bojo das instituições civis e militares. A gestão dos negócios locais lhes deve muito e, também nesse campo, é impossível separar a vida da cidade de Salvador de sua hinterlândia rural. Até o começo do século XVIII, os senhores de Engenho dominaram pelo seu número e pelo seu peso a Câmara Municipal da cidade, que gozavam de amplos poderes, visto que lhe cabia fixar e coletar as taxas locais; arrendar os contratos de monopólio, fixar os preços dos gêneros e dos serviços e conceder as licenças para comercializar ou para abrir loja de artesanato, (MATTOSO, 1992, p. 12). Contudo, ao analisarmos a grande envergadura política da sociedade açucareira,

e pelos mais diversos segmentos documentais (político, jurídico) e socioeconômico do recôncavo, fica bastante evidente a sua cadeia de elevação manufatureira ligadas a influência da estrutura pública. Sobretudo numa importante vila como a vila de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde, onde percebemos o peso político nos rumos de todo recôncavo, através da tamanha relevância dessa classe senhorial, motivos pelos quais ditava também os rumos da economia de varejo e dava suporte a outras culturas agropecuárias.

Uma vez instituída pela oligarquia no recôncavo setecentista e oitocentista, essa sociedade buscava obsequiar-se a consolidação de influência política, poder e perpetuação dos negócios, através autoridade estatal. Concretizando seus empreendimentos, através do favorecimento; econômico, social e político, através das gerações futuras. Essas manobras políticas e judiciais, também foram acrescidas para isentar o Sr. Barão de Cajaíba, sobre as suas atrocidades, sobretudo no que diz respeito aos processos de acusação da não repatriação de bens após morte dos cunhados. Processo que tramitou na comarca durante quase vinte anos, na vila, de 1849 a 1868, e foi arrolado e tramitado na comarca da vila, tendo como vítima de acusação, dona Raimunda de Bittencourt Argolo, mulher do seu cunhado e primo, José Diogo de Argolo, irmão da baronesa. De acordo com o arcabouço probatório em anexo à essa pesquisa, nesse período, é quando o barão promove o casamento das filhas com juízes e desembargadores da capitania da Bahia no período anterior à sua partilha de bens, assim como o fizeram outros latifundiários no final do século XIX, ao lado de políticos e juízes, no intuito de perpetuação dos bens e latifúndios.

No entanto, é preciso ressaltar, que durante quase três séculos de escravização, provenientes da oligarquia fincada no recôncavo de acordo com dados já citados referentes aos negros escravizados e exauridos pelo comércio açucareiro, uma população inteira quase foi dizimada pela força do poder senhorial. A constituição de 1988, dentro dos aspectos regimentais da preservação da memória material e imaterial, conseguiu resgatar a memória dessa ancestralidade negra, onde segundo a constituição, no Artigo 216. “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Com tudo, é necessário que o poder público, com a colaboração da comunidade, busque juntos promover ações que possam proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Dessa forma descrever e discutir, através dos documentos e das fontes primárias, a história, a memória e a cultura local, é valorizar São Francisco do Conde, e toda a terra fértil do Recôncavo da Bahia.

Referências

ANDRADE, Graça Maria Dias. **Memórias e Existências**: Identidade e valores na representação social do patrimônio no Recôncavo da Bahia.

Argolo **uma família brasileira de 1500**. Subsídio para sua genealogia, para os Lobos De Souza e para os Góes, 2000 – 2005.

BALEM, Fernanda Mariana. **Ilha de Cajaíba**: Lugar de pertencimento e territorialidade nas comunidades quilombolas de Acupe, São Braz e Dom João/ Recôncavo Baiano.

BARICKMAN, Bart Jude. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n.21-22, p.177, 1998-1999.

BARICKMAN, Bart J. **Um contraponto Baiano**: açúcar, fumo e mandioca e escravidão 1760-1860. Tradução de Maria Luíza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BEZERRA JR. **O caso da Interioridade**. In: PLASTINO, C.C. (Org.) Transgressões. Rio De Janeiro: Contracapa, 2002- 2005.

BRASIL. **História naval**. I. Serviço de Documentação da Marinha. II. Título.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1984.

BRAUDEL, Fernand. **O espaço e a História no Mediterrâneo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001 [1958].

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: história e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HEINZ, Flávio M. **História social** – Elite. São Leopoldo: Oikos,

IPAC. **Terreiros de Candomblé de Cachoeira e São Félix** - Cadernos do IPAC, 6.

REIS, J. J. Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 15, 1992. DOI: 10.9771/aa.v0i15.20837.

MATTOSO, Kátia. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: Corrupio/CNPq, 1988.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Nora de Cassia Gomes de. Elites Políticas no Império: Bahia, 1828-1834. XVII Encontro Estadual de História - ANPUH-PB, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/xviieeh/xviieeh/paper/viewFile/3376/2645>.

REIS, J. J. Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 15, 1992. DOI: 10.9771/aa.v0i15.20837. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20837>. Acesso em: 30 jul. 2022.

RUSSELL, Wood, A. J. R; MEDINA, Maria Beatriz de. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

SCOTT, Jean. **Gender: a useful category of historical analyses**. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

VIANA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**, Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**, LTC — Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. Travessa do Ouvidor, 11 Rio de Janeiro, RJ.

XAVIER, E. **Declínio do patriarcado: a família no imaginário feminino**. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1998.